

REVISTA do

M *inistério* PÚBLICO

70

Doutrina Jurisprudência Documentação Crónicas

Por um Ministério Público «dentro da legalidade»
Obrigatoriedade e discricionariedade da acção penal
Ministério Público e democracia
Dignidade da pessoa e poder judicial
Os factos como matriz do objecto do processo
Despedimento — Faltas injustificadas — Prisão preventiva

Ano 18º Abr./Jun. 1997 Nº 70

S U M Á R I O

Nota de Abertura	7
------------------------	---

ESTUDOS

Por um Ministério Público «dentro da legalidade» — <i>Perfecto Andrés Ibáñez</i>	9
Obrigatoriedade e discricionariedade da acção penal — <i>Giovanna Ichino</i>	43
Ministério Público e democracia — <i>Marcelo Pedroso Goulart</i>	67
Dignidade da pessoa e poder judicial — <i>José Souto de Moura</i>	95
Os factos como matriz do objecto do processo — <i>António Leones Dantas</i>	111
Adopção — um direito para algumas crianças — <i>Maria Dulce Rocha</i>	125

INTERVENÇÕES PROCESSUAIS

Congelamento do vencimento dos magistrados — Inconstitucionalidade do n.º 2 do Artigo 1.º da Lei n.º 63/90, de 26 de Dezembro — <i>Carlos Lopes do Rego</i>	131
---	-----

Intervenção hierárquica do Ministério Público no inquérito — <i>António Bernardo Colaço</i>	143
--	-----

JURISPRUDÊNCIA

Despedimento — Faltas injustificadas — Prisão preventiva	
Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 14 de Maio de 1997	147
Comentário — <i>Eduardo Maia Costa</i>	152

DOCUMENTAÇÃO

Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça	159
Acórdãos do Tribunal Constitucional	161
Recomendação n.º R (94) 12 do Comité dos Ministros do Conselho da Europa relativa à independência, à eficácia e ao papel dos juízes (adoptada em 13 de Outubro de 1994)	167

VÁRIA

A) Recortes — Portugal com 2,5 milhões de pobres	185
Congresso norte-americano aprovou lei que permite condenar menores a partir dos 13 anos	186
Texas igual ao Irão em execuções	187
B) Histórica — Declaração de Direitos de Virgínia (1776)	189
C) Antologia — No campo — <i>Guy de Maupassant</i>	195